

Reverso da Dívida

O subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, estima que o Brasil poderá obter, nos próximos três anos, uma economia de 20% no saldo da dívida externa com os bancos comerciais e outros 20% de redução nos encargos financeiros por conta da aplicação do Plano Brady. O programa prevê o reforço do FMI e Banco Mundial por parte do Japão, Estados Unidos e demais integrantes do grupo dos sete países mais ricos do mundo, permitindo aos dois organismos recomprar parte das dívidas com desconto.

Esses 20% estão muito longe do desconto de 72% sonhado pelo governador Orestes Quêrcia e o deputado Ulysses Guimarães, que imaginam ser possível generalizar a cotação de 28 centavos de dólar atingida há duas semanas pelos títulos brasileiros. Na verdade, esta é uma cotação aceita pelos bancos que querem se livrar do problema brasileiro. Não é o caso dos grandes bancos americanos, como o Citibank, Chase, Morgan, nem dos franceses, ingleses, alemães, canadenses e japoneses, que são credores de mais de 70% da dívida.

Para esses bancos, o perdão de parte do valor da dívida só será possível a partir do momento em que as autoridades americanas também flexibilizarem a legislação bancária, permitindo a dedução de eventuais prejuízos. Nesta hipótese, o desconto médio ficaria em 20%, estima o subsecretário do Tesouro. A dívida do Brasil com os bancos comerciais (passível de recompra com desconto) está perto de US\$ 70 bilhões. Com o desconto, cairia para US\$ 56 bilhões. As despesas financeiras dessa dívida (sem contar compromissos com governos credores, FMI, Bird e Bid) estão na faixa dos US\$ 13 bilhões e poderiam cair a US\$ 10,4 bilhões. Ou seja, uma redução global, nada desprezível, de US\$ 16,6 bilhões.

A redução do valor da dívida, no entanto, não se dará por um passe de mágica. Os Estados Unidos colocaram em discussão o Plano Brady — uma cópia modernizada do Plano Baker, de 1985 — com alguns objetivos políticos e econômicos claros. Um deles é criar condições aos países devedores para crescer e poder importar produtos *made in USA*, e reduzir parte do imenso déficit comercial. Os países que quiserem ter o benefício do plano, entretanto, devem abrir suas economias

aos investimentos estrangeiros e ao fluxo de comércio internacional. Em outras palavras: reduzir as reservas de mercado a investimento estrangeiro e as altas proteções tarifárias.

Sem dúvida, não pode ser um plano em que apenas os países ricos façam concessões. Principal região a ser beneficiada pela nova estratégia, a América Latina, por exemplo, está numa fase de transição, às vésperas de substituir vários de seus governos. Os novos governos e os recém-empossados, certamente, precisarão abrir suas economias para serem beneficiados.

Mulford foi bem claro ao frisar para o *JORNAL DO BRASIL* que o Brasil será beneficiado “se abrir mais sua economia e realizar as reformas internas que precisam ser feitas”. Essas reformas estruturais vêm sendo sugeridas há um ano pelo Banco Mundial, que patrocinará créditos de até US\$ 1,5 bilhão, para o Brasil realizar substanciais reformas na área de comércio exterior e no sistema financeiro, além de promover substancial redução da presença do Estado.

O Plano Brady, na verdade, sugere um longo campo para reflexão. O Brasil precisa voltar a crescer, o que a dívida não permite devido às enormes remessas de recursos. De outra parte, não há mais créditos ociosos no mundo. Os capitais são transferidos sob forma de investimentos de riscos. Portanto, entre as opções para a retomada do crescimento está a abertura da economia aos investimentos estrangeiros e às leis do mercado, com drástica redução do intervencionismo estatal.

A União Soviética, a China, a Iugoslávia, a Hungria e outros países do Leste europeu estão aderindo ao pragmatismo nas relações econômicas, não significando abandono dos caminhos do socialismo. Apenas o reconhecimento de que o atraso tecnológico em relação à modernidade do Japão, dos EUA e da Europa começa a produzir internamente a deterioração do nível de bem-estar da sociedade.

Estados Unidos e União Soviética deixaram de lado as divergências de seus modelos político e econômico e estimularam investimentos americanos em *joint ventures* com estatais soviéticas. Por que o Brasil resiste ao debate sobre a conveniência de abrir sua economia para o exterior além dos atuais 10% de seu Produto Interno Bruto?